

3

Conseqüências do pragmatismo de Dewey na política: público, comunidade e liberdade

3.1

implicações do pragmatismo na política

Um pouco de sensatez é possível, mas eu encontrei em todas as coisas esta benfeitora certeza: preferem bailar sobre os pés do acaso. Ó, céu puro e excelso! A tua pureza para mim consiste agora em que não haja nenhuma aranha, nem teia de aranha eterna da razão: em seres um salão de baile para os azares divinos, uma mesa divina para os divinos dados e jogadores de dados ¹

As considerações trazidas no capítulo 1 deste trabalho implicam uma forma peculiar de se tratar da política. A fim de explorá-la, inicialmente analisaremos as idéias de Dewey em sua obra de filosofia social e política denominada “The Public and its problems”, onde o autor trata de uma concepção política de democracia como atividade que busca resolver os problemas coletivos através da participação e da ação com base na experiência estadunidense. ²

Como indica Barber, Dewey diz que para compreender a política é necessário que se ela seja desconstruída, ou seja, que fique livre dos elementos exóticos trazidos pela busca pela certeza. ³ Ao investigar o surgimento da democracia Dewey se preocupa em criticar quaisquer idéias que apontassem a ela uma origem transcendental ou a classificassem como uma decorrência de uma essência da natureza humana. O propósito dessa análise de Dewey é mostrar que é

¹ NIETZCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra, ob. cit., p. 131.

² DAMICO, Alfonso, ob. cit., p. 5.

Mais uma vez chamamos a atenção para o contexto dos debates políticos da época em que Dewey escreveu “The public and its problems”. Neste ponto, retomamos a discussão apresentada na nota 59 do primeiro capítulo deste trabalho, momento em que se introduziu a posição dos democratas realistas. Na obra em análise, Dewey concorda com estes estudiosos no ponto em que expõem as deficiências do governo democrático e o despreparo do “homem comum” para se inserir nessa forma de governo, mas rejeita, por outro lado, que essa crítica seja um xeque-mate à democracia participativa (WESTBROOK. Robert B. *John Dewey and american democracy*, ob. cit., pp. 298 a 301.).

³ BARBER, Benjamin R. *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California, 2003, p. 50.

necessário que se preocupe com como a democracia se manterá, uma vez que sua sobrevivência não é um processo natural ou espontâneo. Como consequência desse raciocínio, sua definição política da democracia parte do desenvolvimento histórico das sociedades que se preocuparam em estabelecê-la e/ou mantê-la.

Para Dewey, politicamente a democracia consiste num modo de governo dotado de uma prática específica em selecionar agentes públicos e regular suas condutas como tais. Essas regras de seleção de agentes públicos representam um esforço de lutar contra as forças que defendiam a seleção por motivos incidentais e irrelevantes e estão relacionadas com o voto popular, a regra da maioria e o debate democrático na tomada de decisões.⁴ Dewey defende que a democracia não foi fruto de um processo premeditado em seus mínimos detalhes, mas sim a consequência do caminho complexo de uma busca por mudanças e rompimento com tradições que não mais serviam às condições de uma época. Frisa repetidamente que a democracia é produto do caminhar de condições históricas específicas, não algo encomendado, previamente pensado e premeditado e em seguida posto em prática.

Na citada obra, Dewey menciona a controvérsia existente em relação à idéia do que seria o Estado e mostra que pouco se descobriu sobre o que há entre o problema factual do comportamento político e a interpretação dos fenômenos políticos. Ressalta que as teorias políticas não consideram o papel do hábito como efetivo gerador e modificador do fenômeno político, ignorando assim que alguns fatos condicionam a atividade humana e vice-versa.⁵

Para falar sobre a concepção política de democracia Dewey explora a idéia de Estado. Segundo o autor, se nos indagamos acerca de uma definição do termo Estado, nos defrontamos com variadas respostas:

No momento em que pronunciamos as palavras “o Estado” muitos fantasmas intelectuais se levantam para obscurecer nossa visão. Sem a nossa intenção e sem que notemos, a noção de “Estado” nos conduz imperceptivelmente à consideração da relação lógica de várias idéias umas com as outras, e nos afasta

⁴ Dewey justifica esse ponto com uma nota histórica: no passado, a seleção dos governantes e a atribuição de poderes a eles foi uma questão accidental, que tinha como impulso alguma prerrogativa independente de seu papel político. Um exemplo de prerrogativa que propiciou que muitos governassem é o fato de se ter vencido várias batalhas. O ponto é que ganhar batalhas exige um dom diferente de governar uma comunidade e a presença do primeiro dom não indica necessariamente a do seguinte. O mesmo aconteceu com anciãos ou sujeitos que exerciam as atividades de médicos, padres etc. (DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 77 e 82.)

⁵ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., pp. 5 e 6.

dos fatos da atividade humana. É melhor, se possível, começar por estes e perceber se não somos levados então a uma idéia de algo que acabará por implicar os marcos e sinais que caracterizam o comportamento político.⁶

Diante desses fantasmas, reflexões acerca de o que o Estado é o que deveria ser acabam por se fundir, quando na verdade são preocupações distintas. Se basearmos nosso estudo político na busca pelas forças que formaram o Estado, vamos nos envolver em mitologia; além disso, explicar a formação do Estado dizendo, por exemplo, que o homem é um animal social, não nos leva a nenhuma conclusão interessante mas a um argumento circular. Apelar para um instinto natural para dar conta dos arranjos sociais é uma falácia, diz Dewey: não há nada a dizer sobre os homens terem algum instinto específico, isso não resolve a questão pois não diz quais são as condições suficientes da vida em comunidade.⁷

De forma a nos aproximarmos de uma compreensão satisfatória a respeito do que é o Estado, precisamos considerar inicialmente as descrições dos fatos, não as hipóteses que procuram justificá-los. Tendo isso em mente, o ponto de partida de Dewey é o seguinte: atos humanos provocam conseqüências sobre outras pessoas; essas conseqüências são percebidas; percebê-las nos conduz ao esforço subsequente de controlar as ações de forma que algumas dessas conseqüências sejam preservadas e incentivadas e outras impedidas. Dessa idéias decorre que cada ato humano pode oferecer conseqüências de 2 tipos: 1) aquelas que afetam as pessoas diretamente envolvidas na transação; 2) e aquelas que afetam outras além das afetadas imediatamente. Vemos o público quando no segundo caso estamos diante do esforço de regular as conseqüências indiretas.⁸

Como nos explica Festenstein, para Dewey o público é constituído quando uma associação percebe um interesse comum na regulação de algumas dessas conseqüências indiretas, ou seja, é criado a partir de um julgamento

⁶ “The moment we utter the words “The State”, a score of intellectual ghosts rise do obscure our vision. Without our intention and without our notice, the notion of “The State” draws us imperceptibly into a consideration of the logical relationship of various ideas to one another, and away from facts of human activity. It is better, if possible, to start from the latter and see if we are not led thereby into an idea of something which will turn out to implicate the marks and signs which characterize political behaviour.” (DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 9).

⁷ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., pp. 10 e 11.

⁸ O autor se preocupa em identificar o que seria o que chama de “público” pois essa idéia será uma condição para que se alcance a forma de vida democrática, como veremos adiante (DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 12).

compartilhado. O Estado, por sua vez, se torna a organização que irá realizar as funções de regular tais conseqüências.⁹

Segundo Dewey, eis a origem da distinção entre público e privado, que não está relacionada com o individual e o social, já que muitos atos privados são sociais na medida em que suas conseqüências contribuam para o bem estar da comunidade; e, em sentido amplo, qualquer transação entre duas ou mais pessoas é social. Descobertas científicas foram feitas e obras de arte produzidas por causa do deleite pessoal de algumas pessoas, o que é um exemplo de que atos privados podem ser de valor social por conseqüências indiretas e intenções indiretas. Pelo mesmo raciocínio o público não pode ser identificado com o útil socialmente. Um filantropo que doa dinheiro para um hospital faz um ato social, mas ao mesmo tempo privado. Podemos dizer que nem todo ato público é social pois há atos públicos danosos e não preocupados com suas repercussões. O comportamento não é necessariamente social somente porque ocorreu em nome do público e/ou por agentes públicos.¹⁰ O ponto positivo dessa distinção é que, ao lidar com ela, Dewey não propõe justificativas essencialistas, mas recorre às conseqüências das ações humanas.¹¹

Como já dito, Dewey pensa que há uma lacuna entre as teorias do Estado e as descrições dos fatos políticos. Isso se dá pelo fato de os seres humanos terem procurado a chave da natureza do Estado no campo da autoridade, de pessoas que originaram as ações voluntárias; mas a forma adequada de se pensar, segundo Dewey, é que, ao invés de opormos os atos deliberados dos indivíduos à ação pelo público, devemos opor estes aos atos impulsivos e não refletidos dos indivíduos. Dewey segue afirmando que todas as escolhas e planos no fim são o trabalho de seres humanos singularmente, o Estado sempre age através de pessoas concretas. Podemos dizer que os indivíduos perdem suas identidades quando numa convenção política, por exemplo, mas isso não significa que haja uma agência coletiva misteriosa capaz de ter opiniões. O conflito entre as teorias do Estado surge pois a análise foi colocada de forma equivocada: “consideração da causa de

⁹ FESTENSTEIN, Matthew. *Pragmatism and political theory: from Dewey to Rorty*. Chicago: University of Chicago, 1997, p. 85.

¹⁰ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., pp. 12 a 20.

¹¹ HONNETH, Axel. *Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje*. In: SOUZA, Jessé. (org.). *Democracia: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: UnB, 2001, p. 82.

atuação ao invés das conseqüências como o coração do problema”¹². É preciso abandonar a busca por causas e voltá-la para o que está acontecendo e para como está acontecendo. A filosofia política precisa aprender esta lição, diz Dewey.¹³

Portanto, em sentido oposto aos teóricos que insistem em determinar a natureza do Estado em termos de fatores causais diretos, Dewey diz que foi a percepção de que conseqüências de alguns atos poderiam ser interessantes ou não interessantes que gerou uma disposição comum para a criação e manutenção de certas medidas e regras e para a seleção de pessoas para guardiões, intérpretes e executores.

Não há mistério sobre o fato da associação, de uma ação interconectada que afeta a atividade dos elementos singulares. Não há senso em perguntar por que os indivíduos acabam por se associar. Eles existem e operam por associação. Se há algum mistério na questão, é o mistério de o universo ser o tipo de universo que é. (...) Nós deveríamos estar ainda onde começamos, com o fato da conexão como um fato a ser aceito.¹⁴

Com isso o autor quer dizer que a pergunta inteligente a ser feita sobre a associação humana não é por quê, mas sim como, as pessoas se conectam das formas específicas que dão às comunidades humanas traços tão diferentes dos grupos de insetos, rebanhos de ovelhas ou constelações de estrelas. Como, enquanto os indivíduos pensam, desejam e decidem por eles mesmos, aquilo pelo qual lutam, o conteúdo de suas crenças e intenções, é provido pela associação?¹⁵

Tendo em vista esses questionamentos à tradição, o pragmatista diz que o Estado é algo a ser sempre investigado, buscado. Quando estabilizado, precisa ser refeito. Descobrir o Estado não é questão apenas de pesquisar as instituições que existem, é um complexo problema prático de seres humanos vivendo em associação. Nesse quadro, não há uma forma definitiva de se enunciar o que é o Estado; o máximo que podemos dizer é que “o Estado é a organização do público

¹² “ (...) the taking of causal agency instead of consequences as the heart of the problem.” (DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 20).

¹³ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., pp. 20 a 36.

¹⁴ “There is no mystery about the fact of association, of an interconnected action which affects the activity of singular elements. There is no sense in asking how individuals come to be associated. They exist and operate in association. If there is any mystery about the matter, it is the mystery that the universe is the kind of universe it is. (...) We should still be just where we started, with the fact of connection as a fact to be accepted.” (DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 23.)

¹⁵ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 25.

efetuada por meio dos agentes públicos para a proteção dos interesses compartilhados pelos seus membros”.¹⁶

É importante ressaltar que as diferentes condições de cada Estado tornam as conseqüências da associação e o conhecimento acerca delas variado. Isso pois a formação dos Estados é um processo experimental: considerando que as condições estão sempre mudando, o experimento precisa ser testado novamente e o Estado redescoberto frequentemente. Conclui Dewey que não é tarefa da filosofia política determinar como o Estado deve ser, mas ajudar na criação de métodos que tornem essa experimentação menos cega de modo que os seres humanos aprendam com seus erros e lucrem com seus sucessos.¹⁷

Dito isso, estamos prontos para apresentar a hipótese de trabalho de Dewey sobre o Estado: as pessoas indireta e seriamente afetadas por ações humanas formam um grupo que requer reconhecimento e nome: O Público. A associação então estabelece para a si uma organização política e o que é o governo nasce; o público é um estado político.¹⁸

Há traços exibidos pelos Estados quando atuam nas funções públicas que servem como marcos para qualquer coisa que se chame de Estado. Dewey identifica quatro marcos primários nas organizações políticas, ou seja, características que nos permitem identificar a existência de um Estado.¹⁹

A primeira delas é a diversidade temporal e local. Cada ocupação da terra tem um traço diferente que determina as conseqüências da atividade associada e, como decorrência disso, públicos com diferentes interesses e tipos diferentes de comportamentos políticos.

Apesar de toda essa diversidade, a crença no Estado como uma entidade arquetípica ainda persiste na filosofia e ciência política.²⁰ Dewey afirma que a crença em que haja um modelo em relação ao qual se pode classificar um Estado

¹⁶ “the state is the organization of the public effected through officials for the protection of the interests shared by its members.” (DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 33.)

¹⁷ *Ibid.*, p. 32-6.

¹⁸ *Ibid.*, p. 35.

¹⁹ *Ibid.*, p. 45.

²⁰ Dewey abre mão de fundacionismos a respeito da definição de Estado; no entanto, ao fazê-lo, não nos deixa sem saída, pois ele rejeita a idéia de que tal estrutura existe mas não podemos saber nada a respeito dela. Em oposição a isso, afirma que há várias formas de compreensão do Estado já que há conflitos a respeito dos valores, crenças e práticas que orbitam em torno da definição de Estado. Para Festenstein, abrir mão do fundacionismo na política e, ao mesmo tempo, resistir ao ceticismo nessa seara é uma das preciosidades do pragmatismo de Dewey. (FESTENSTEIN, Matthew e THOMPSON, Simon. *Rorty: critical dialogues*, ob. cit., p. 5.)

como bom ou ruim afetou a prática e a teoria políticas, pois canalizou os esforços de compreensão teórica para a elaboração e imposição de constituições alheias às peculiaridades de determinados povos.

Quando a inutilidade dessa idéia foi reconhecida, ela foi substituída pela noção mascarada de que os Estados “crescem”, onde crescimento significaria evolução por estágios regulares até um fim pré-determinado, um modelo ideal de Estado. Essas teorias desestimularam o único recurso que deveria de fato orientar transformações nas formas políticas: o uso da inteligência social²¹ no julgamento das conseqüências. Com isso, Dewey quer ressaltar a importância da prática e a aplicação da inteligência crítica aos problemas concretos, num ataque às noções gerais de modelos de Estados.²² A tentativa de encontrar estruturas comuns a diferentes tipos de Estados, como ocidentais e orientais, foi uma grande perda de energia, nos diz o autor.²³ Segundo Dewey, é preciso admitir a necessidade da centralidade da resolução prática de problemas, pois sempre há um fator prático, um fazer e refazer que redefine o material intelectual, que, por sua vez, é quem dita qual é a questão a ser investigada.²⁴

A hipótese a que subscrevemos assevera o fato da existência de uma pluralidade de agrupamentos sociais. Dessa forma:

Assim como o público e os Estados variam de acordo com as condições de tempo e lugar, também variam as funções concretas que devem ser conduzidas pelos Estados. Não há uma proposição universal antecedente que deva ser sacrificada porque as funções de um Estado devam ser limitadas ou expandidas. A abrangência delas é algo a ser criticamente e experimentalmente determinado.”²⁵

O segundo marco é: a esfera quantitativa dos resultados do comportamento conjunto gera um público que necessita de organização. Ninguém consegue considerar todas as conseqüências dos atos que pratica e o limite costuma ser as conseqüências que concernem à própria pessoa. Quando as conseqüências concernem a um grande número de pessoas, a pessoa que praticou o ato não consegue prever a forma como as demais serão afetadas. É importante ressaltar

²¹ No próximo capítulo deste trabalho examinaremos com mais detalhamento o significado que Dewey atribui à noção de “inteligência social”.

²² FESTENSTEIN, Matthew e THOMPSON, Simon. *Rorty: critical dialogues*, ob. cit., p. 24.

²³ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., pp. 42-5.

²⁴ FESTENSTEIN, Matthew e THOMPSON, Simon. *Rorty: critical dialogues*, ob. cit., p. 5.

²⁵ “Just as publics and states vary with conditions of time and place, so do the concrete functions which should be carried on by states. There is no antecedent universal proposition which can be laid down because of which the functions of a state should be limited or should be expanded. Their scope is something to be critically and experimentally determined.” (DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 74).

que a questão não se limita ao fato de uma pessoa não ser capaz de prever as conseqüências desses atos, mas, além disso, defende que é preferível que o próprio público estabeleça diques e canais para que essas ações tenham conseqüências moderadamente previsíveis inseridas em limites prescritos.²⁶

O terceiro marco do público organizado como Estado é o fato deste se preocupar com formas de comportamento antigas, enraizadas e estabelecidas. Quanto mais nova uma idéia, mais se desvia do que já está estabelecido na prática, por isso há resistência. As novas idéias com freqüência são vistas como óbices ao adequado comportamento social. Quando um comportamento se torna velho e familiar, ele se afina com o escopo do Estado. Assim, um indivíduo pode fazer uma trilha na floresta, mas auto-estradas são preocupações do Estado normalmente.²⁷

O quarto marco do Estado é o papel do Estado em fortalecer parcelas mais fracas em transações em que há desigualdade de status entre as partes e cujas conseqüências parecem sérias ou irretroativas. Ou seja, fala-se da busca por melhores formas de se assegurar e manter a igualdade.²⁸

Em resumo do que até agora foi dito:

As permanentes, abrangentes e sérias conseqüências da atividade conjunta trazem para a existência o público. Em si, é desorganizado e disforme. Por meio de agentes públicos e seus poderes especiais se torna um Estado. Um público articulado e operando por meio de agentes representativos é o Estado; não há Estado sem governo, mas ele também não existe sem público. Os agentes públicos ainda são seres singulares, mas eles exercitam poderes novos e especiais. Estes podem ser dirigidos para assuntos pessoais. Então o governo é corrupto e arbitrário.²⁹

Como o governo somente age através de agentes públicos, não deveria haver nada de perplexo ou desestimulante à vida em comunidade nos erros do comportamento político. Na verdade, esse tipo de fato deveria nos proteger da ilusão de esperar uma mudança extraordinária a partir de uma mera transformação nas agências e métodos políticos. As mudanças podem ocorrer, mas somente a

²⁶ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., pp. 47-53.

²⁷ *Ibid.*, pp. 57-9.

²⁸ *Ibid.*, p. 62.

²⁹ “The lasting, extensive and serious consequences of associated activity bring into existence a public. In itself it is unorganized and formless. By means of officials and their special powers it becomes a state. A public articulated and operating through representative officers is the state; there is no state without a government, but also there is none without the public. The officers are still singular beings, but they exercise new and special powers. These may be turned to their private account. Then government is corrupt and arbitrary.” (DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 68).

partir de novas condições sociais, que, por sua vez, gerariam um novo público. A concepção do Estado como algo *per se* propicia ilusões desse tipo pois separa de tal forma o Estado do governo que este pode ser corrupto enquanto aquele mantém a sua dignidade e nobreza “inerentes”. Deixando-se de lado essa concepção fantasiosa, sabe-se que a integridade e utilidade de um Estado somente podem ser mantidas a partir de uma constante vigilância e crítica.³⁰

Dewey aprofunda suas reflexões a respeito das implicações de determinadas visões do que seria o Estado, a sociedade e o indivíduo. Nessa esteira, aponta um problema à prática de se adotarem respostas gerais para questões envolvendo o Estado, não obtidas a partir da investigação de um contexto específico: elas encobrem e dominam as questões particulares. Assim, se falamos sobre o Estado ou o indivíduo em abstrato ao invés de falarmos de determinada organização política poderemos estar encobrindo a necessidade de reformas sociais; já que na teoria o indivíduo e o Estado são reciprocamente necessários, por que prestar atenção ao fato de que alguns indivíduos estão sendo oprimidos? Além disso, *na realidade*, diz a concepção combatida por Dewey, seria impossível que os interesses do Estado e do indivíduo se confrontassem. Dessa forma, a área das dificuldades concretas, justamente aquela onde a experimentação é mais urgentemente necessária, é onde a inteligência social falha em operar. Da mesma forma, quando se trabalha no plano abstrato da organização política e se ignora a idéia de interesse, o efeito é fortalecer o autoritarismo e o obscurantismo político; pois então o que resta é a identificação com alguma coisa pronta, o que por sua vez é um convite à manipulação de políticos inteligentes que podem maquiagem fatos e ocultar objetivos. É preciso reconhecer que os interesses são específicos e dinâmicos.³¹

Dessa forma, o autor procura elucidar a insuficiência da idéia de que a sociedade e o Estado são complementares em relação ao indivíduo; segundo o pragmatista, àqueles que, ao se disporem a explicar o Estado, apresentam esse tipo de justificativa, é preciso sugerir que se vá além e que se indague: a que necessidades este arranjo social específico busca atender e que efeito ele apresenta àqueles nele envolvidos? Ao ignorarem questionamentos como estes e permanecerem emperradas em generalidades conceituais, muitas discussões sobre

³⁰ Ibid., p. 68-9.

³¹ DEWEY, John. *Reconstruction in philosophy*, ob. cit., pp. 148-51.

problemas sociais são desperdício de energia.³² Além disso, quando o indivíduo é reconhecido como algo completo em si mesmo, as conseqüências disso são a crença em que somente as reformas morais individuais seriam capazes de modificação do quadro social, um estímulo à passividade social.

O termo “Estado”, assim como indivíduo, também possui diversas caracterizações. Para muitos, a soberania, ou a supremacia do Estado na hierarquia social, é um dogma, portanto inquestionável. Por outro lado, após todo o trabalho de integração social promovido pelo Estado nos últimos séculos, deveríamos nos perguntar se hoje ele não seria uma instrumentalidade para proteger e fortalecer outras e novas formas de associação voluntárias, mais que um fim em si. Dewey observava em sua realidade estadunidense do início do século XX a criação de novas formas de associação, num movimento em direção à multiplicação de tantos tipos e variedades de associações. Nesse quadro, o Estado se tornaria um ajustador e regulador entre essas associações; a supremacia do Estado se aproximaria à de um maestro de uma orquestra, que não produz música por si, mas que harmoniza as atividades daqueles que o fazem para que esse produzir tenha seu valor intrínseco.³³ Por isso, poderíamos dizer que a sociedade é o convívio das várias associações em busca da melhor realização de qualquer forma de experiência, que por sua vez é incrementada e confirmada por ser compartilhada.³⁴

A organização nunca é um fim em si, é um meio de promover associações, multiplicar os pontos de contatos efetivos entre as pessoas e direcionar o intercurso delas para um maior enriquecimento. A esse processo em que valores, idéias, emoções e experiências são transmitidos, tanto o indivíduo quanto a sociedade se subordinam.³⁵

Tais idéias acerca da constituição do público e do papel do Estado, no entanto, trazem alguns vícios. Um deles, como nos chama à atenção Festenstein, é que a distinção entre ações públicas e privadas trazida pelo autor não é tão clara nem tão útil como se propõe a ser. Não está claro se classificaremos as ações como públicas em virtude de gerarem conseqüências para outros não relacionados

³² DEWEY, John. *Reconstruction in philosophy*, ob. cit., pp. 152-4.

³³ *Ibid.*, p. 158.

³⁴ *Ibid.*, p. 160.

³⁵ *Ibid.*, p. 161.

originalmente a elas ou por conta de outro critério que estabeleça quais conseqüências estão atreladas ao interesse público.³⁶

Outra crítica a ser feita diz respeito a uma ambigüidade terminológica e se refere ao termo “interesse público”. No tocante a essa questão, Westbrook diz que, ao fazer uso dessa noção, Dewey se referia ao interesse de *um* público em particular. Portanto, pode-se elencar como deficiente na obra de Dewey o fato de o autor não haver tocado com a necessária profundidade na questão da formação desse interesse. Essa questão se torna problemática pois, para julgar o governo, é preciso que o público saiba não só que é capaz de gerar interesses, mas também quais são esses interesses; seria necessário que o público se organizasse não só para servir aos seus interesses, mas para defini-los; no entanto, Dewey não explora esta segunda questão.³⁷

3.2

A comunicação e a comunidade

Percebemos a impossibilidade de tratar da idéia de democracia para Dewey quando dissociada das noções de associação e de comunidade. Para o autor, a democracia é mais que uma forma de governo, é primariamente uma forma de vida associativa, de experiência conjunta comunicada.³⁸ A idéia de experiência de Dewey, discutida no primeiro capítulo deste trabalho, está conectada com o assunto de que agora tratamos; isso porque o ponto de partida de Dewey é o engajamento do ser humano no e com o mundo, ou seja, o fato de as pessoas viverem imersas num ambiente natural e social dinâmico. Quando o autor procura se referir a essa realidade, faz uso do termo “experiência”, ressaltando

³⁶ Festenstein diz que Dewey, ao definir o público como uma associação organizada em resposta à percepção de um conjunto de conseqüências indiretas causadas por alguma transação, estaria conceituando um Estado composto de um público extremamente fluido, com permanentes mudanças acerca do que precisaria ser regulado, de forma a se relacionar com os vários interesses dos diferentes grupos. E aqui a crítica feita por Festenstein e da qual discordo: este autor crê que a correspondência afirmada pela frase anterior representa um problema à teoria de Dewey ao afirmar a existência de vários públicos, e não um só; por outro lado, não enxergo contradição alguma entre as 2 idéias (FESTENSTEIN, Matthew. *Pragmatism and political theory: from Dewey to Rorty*, ob. cit., 85-7).

³⁷ WESTBROOK, Robert B. *John Dewey and american democracy*, ob. cit., pp. 305-6.

³⁸ DEWEY, John. *Democracia e educação*, ob. cit., p. 93.

esse contexto de transações. Se as transações ocorrem de fato, a idéia de associação passa a importar para a teoria política.³⁹

Para Dewey a existência de uma associação é uma condição da criação da comunidade. Ao se fazer valer do termo “associação”, procura ressaltar o fato de esta ser física e orgânica, ou seja, a atividade associada não demanda explicação, ela existe e tudo que podemos fazer é constatar isso. Em oposição, a vida em comunidade é moral, sustentada emocional, intelectual e conscientemente.⁴⁰

Enquanto interações e transações ocorrem de fato, a participação nas atividades e o compartilhar os resultados são ingredientes extras que demandam a comunicação como requisito. Somente quando há sinais ou símbolos as atividades e seus resultados podem ser vistos de fora, levadas em consideração, valoradas e reguladas. Esse processo permite que os resultados da experiência em conjunto sejam avaliados e transmitidos. Eventos não podem ser transferidos de uma pessoa para outra, mas significados podem por meio dos sinais. Dessa forma, querer e impulsos são atrelados a significados comuns e são então transformados em desejos e propósitos que geram novos laços, convertendo a atividade conjunta numa comunidade de interesses e esforços. Nas palavras de Dewey:

Aprender a ser humano é desenvolver por meio do dar e receber da comunicação um senso efetivo de ser um membro individualmente distinto de uma comunidade; alguém que entende e aprecia suas crenças, desejos e métodos e alguém que, em um momento posterior, contribui para uma conversão dos poderes orgânicos em recursos à disposição das pessoas e valores. Mas essa conversão nunca está acabada.⁴¹

Portanto, o estabelecimento da linguagem torna possível não somente a criação de símbolos de forma a permitir a coordenação das atividades em grupo, mas também a identificação, formulação e avaliação dos problemas; além da busca conjunta por planos de ação para solucioná-los.⁴²

Retomando a idéia de hábito trabalhada no primeiro capítulo deste trabalho, compreendemos o porquê de Dewey atribuir tamanho valor ao tema da

³⁹ CASPARY, William R. *Dewey on democracy*. New York: Cornell University, 2000, pp. 17-20.

⁴⁰ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 151.

⁴¹ “To learn to be human is to develop through the give-and-take of communication an effective sense of being an individually distinctive member of a community; one who understands and appreciates its beliefs, desires and methods, and who contributes to a further conversion of organic powers into human resources and values. But this translation is never finished.” (DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., p. 154).

⁴² CASPARY, William R. *Dewey on democracy*, ob. cit., p. 22.

comunidade quando trata de democracia. Para o autor, os querer e vontades não só direcionam a vida em comunidade, mas determinam reincidentemente as formas dessa vida; e esses querer e vontades, por sua vez, são produto da vida em comunidade. Nós não precisamos de algo “organicamente” ou “naturalmente”, mas sim *queremos* algo; o grau com que algo (educação ou ignorância, uma estrada de ferro ou uma rodovia, por exemplo) é desejado por uma comunidade varia de acordo com como a atividade associada apresenta e valora o objeto de desejo habitualmente. E a atividade associada em relação a objetos de desejo também produz as instituições e gera costumes, dos quais grande parte não foi pensada previamente.⁴³

Dewey atribui dois critérios para valoração de uma comunidade, quais sejam: 1) o grande número e a pluralidade dos interesses que são compartilhados; 2) a liberdade com que se dão os intercursos com outras comunidades. Ao afirmar isso, nos mostra Campbell que Dewey está criticando a idéia segundo a qual a comunidade deve ser caracterizada de forma homogênea e monocromática através da simplicidade da idéia de identidade; e está se afiliando àqueles que defendem que o valor do compartilhar que caracteriza uma comunidade está atrelado à complexidade da pluralidade de perspectivas.⁴⁴

Como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, uma das grandes influências no pensamento de Dewey foi Charles Darwin. A partir do evolucionismo, Dewey considerou que, da mesma forma como uma maior diversidade de situações apresentadas ao ser vivo propicia que ele melhor se adapte ao ambiente, uma maior diversidade e variedade de experiências sociais propiciaria que as formas de organização social estivessem diante de situações em que ajustes indivíduo/sociedade ensejariam a organização da vida em sociedade de formas inovadoras, criativas e, por isso, eventualmente mais adequadas aos fins-em-vista do momento. Quanto mais numerosos e variados os pontos de contato entre as pessoas, maior será a diversidade de estímulos aos quais um indivíduo precisa responder e, conseqüentemente, também em maior número e variedade as respostas que resultarão na conduta do agente. Acesso a novas idéias amplia a reflexão sobre velhos hábitos e, aliado ao hábito de refletir, provoca a

⁴³ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., pp. 104-7.

⁴⁴ CAMPBELL, James. *Dewey's conception of community*. In: HICKMAN, Larry A. (ed.). *Reading Dewey: interpretations for a postmodern generation*. Bloomington: Indiana University, 1998 pp. 31-3.

transformação de velhos hábitos. A diversidade de estímulos sugere novas linhas de pensamento, novas soluções para velhos problemas, novos problemas, novos propósitos e fins práticos.⁴⁵ Isso significa que a diversidade social é um elemento valorizado por Dewey. Neste ponto, enriquecer a experiência significa torná-la mais variada e diversificada.

Feitas essas considerações iniciais a respeito da idéia de comunidade para Dewey, podemos afirmar que o autor procura ressaltar duas idéias quando a convoca, apresentadas a seguir.

Em primeiro lugar, falamos da idéia de que a sociedade não só existe pela transmissão ou pela comunicação, mas sim *na* transmissão e *na* comunicação. Não só a vida social é idêntica à comunicação, mas toda comunicação é educativa; a experiência precisa ser formulada para ser comunicada.⁴⁶ Portanto, os hábitos que direcionam as nossas vidas são criados e propagados através da vida em conjunto na sociedade e tomar consciência disso é o primeiro passo para que se possam pensar novas formas de organização social que atendam aos interesses do público. Essa é a primeira conclusão a qual cremos que o autor procura nos apontar quando fala sobre comunidade e comunicação.

Em segundo lugar, Como nos explica Campbell, a participação na comunidade tem sua importância abrigada na possibilidade de propiciar uma experiência mais diversa e enriquecedora para todos os membros da comunidade.⁴⁷ E isso somente pode ocorrer quando a livre comunicação entre as pessoas é uma realidade incentivada. Este ponto exploraremos com mais atenção no próximo item deste capítulo.

Conforme Dewey, as pessoas sempre se relacionaram e sempre se associaram, mas as associações mais antigas eram mais do tipo "cara a cara": as mais importantes, que formavam disposições intelectuais e emocionais, eram locais e contíguas e, conseqüentemente, visíveis, o que caracterizava uma grande comunidade. O Estado e até mesmo a Igreja, por exemplo, quando interferiam nas vidas dos indivíduos, se caracterizavam como órgãos remotos, estranhos a suas vidas diárias. No entanto, a nova tecnologia aplicada na produção e no comércio resultou numa revolução social, numa nova era de relações humanas, já que as

⁴⁵ DEWEY, John. *Democracia e educação*, ob. cit., pp. 93-4.

⁴⁶ DEWEY, John. *Democracy and education*, ob. cit., p. 4.

⁴⁷ CAMPBELL, James. *Dewey's conception of community*. In: HICKMAN, Larry A. (ed.). *Reading Dewey: interpretations for a postmodern generation*, ob. cit., pp. 23-4.

comunidades locais não intencionalmente tiveram suas práticas condicionadas por organizações remotas e invisíveis. Para Dewey, essa transformação é capaz de caracterizar uma sociedade, mas não uma comunidade. A ausência de uma comunidade é explicada pela invasão de novas formas de comportamento humano associado, relativamente impessoais e mecânicas, fator marcante da vida moderna.

48

Na esteira dos comentários sobre o hábito, pode-se dizer que o comportamento em relação a objetos que preenchem desejos não somente produz esses objetos, mas cria costumes e instituições. Nesse processo que se dá continuamente, as conseqüências não pensadas e indiretas são normalmente mais importantes que as diretas. O “regime novo”, para Dewey, produziu uma quantidade maior de vínculos invisíveis com as grandes preocupações impessoais que afetam agora o pensar, o desejar e o fazer de todos, na nova era dos relacionamentos.⁴⁹ Vejamos a seguir como Dewey observa o nascimento e a permanência desse “regime novo”, discussão que traz à tona suas idéias sobre o movimento que denomina individualismo.

3.3

Liberdade e individualismo

*“Ai, se não compreenderdes estas palavras minhas: ‘Fazei sempre o que quiserdes; mas sede desde logo daqueles que podem querer!’”*⁵⁰

⁴⁸ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., pp. 96-8.

⁴⁹ Robert Westbrook, na premiada biografia que escreve sobre Dewey (John Dewey and American Democracy), faz o quase óbvio comentário a respeito da semelhança de muitas idéias do autor com os escritos de Karl Marx. Escreve Westbrook que, à época em que Dewey elaborou suas obras, o pensamento de Marx não era muito disseminado nem mesmo valorizado nos Estados Unidos, mesmo entre os críticos sociais. Westbrook afirma que Dewey de fato tomou contato com a literatura marxista, mas não se aprofundou nela. Ainda assim, o autor chega a dialogar diretamente com Marx em suas obras “Liberalism and Social Action” e “Freedom and Culture”. Além disso, Westbrook nos diz que, mesmo que Dewey flertasse com idéias socialistas, considerando que muitos que se diziam socialistas não eram mais democráticos do que aqueles que se rotulavam como liberais, o pragmatista receava em se definir como socialista. A principal preocupação de Dewey em relação aos socialistas se revelava na ameaça de se deixarem de lado valores liberais (no sentido que Dewey atribui ao termo “liberalismo”, tratado neste trabalho), o que representaria um perigo à democracia política segundo o autor. (WESTBROOK. Robert B. *John Dewey and american democracy*, ob. cit., pp. 189, 430 e 465).

⁵⁰ NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra, ob. cit., p. 135.

Para Dewey, falar sobre democracia não só no plano ideal, mas também no concreto, significa também tocar nos temas do individualismo e da liberdade. Isso se dá pois a democracia floresceu num contexto social específico e com a finalidade de atender a determinadas demandas sociais representadas por esses ideais. Dessa forma, o estudo da democracia tem como requisito a análise das condições materiais que impulsionaram e acolheram o ideal democrático e o liberalismo é uma delas.

Mais uma vez o contextualismo e o antifundacionismo se fazem presentes nos escritos políticos de Dewey. Partindo dessas idéias, o ideal de liberdade deve ser estudado sob os olhos do panorama específico que o acolheu. Dewey denomina tal panorama de individualismo.

Os conceitos políticos, dentre eles “individualismo”, “liberdade” e “indivíduo”, devem ser vistos, para Dewey, como instrumentos para a observação e o enfrentamento da experiência. Assim, à medida que a qualidade da experiência se modifica, seus conteúdos também requerem alteração. Como nos lembra Festenstein, obras como “The Public and its Problems”, “Individualism, Old and New” e “Liberalism and Social Action” indicam tal proposta de revisão dos significados desse tipo de conceito.⁵¹

A principal tese de Dewey nesses escritos, ensina Damico, é a de que aquilo que se entendia por liberalismo, a forma como o movimento era observado à época em que o pragmatista produziu suas obras, se baseava num falso antagonismo entre o indivíduo e a sociedade organizada que precisava ser superado. Tratando desse dualismo, Dewey sugeria no desenvolvimento de seu raciocínio que outros dois aspectos do individualismo fossem repensados: sua concepção de natureza humana e os princípios da econômica política baseados no “laissez-faire”.⁵²

O uso das palavras liberal e liberalismo remonta à primeira década do século XIX, lembra Dewey, e estava relacionado à luta política européia numa era de intolerância, perseguição e guerras religiosas. Nesse quadro, o individualismo foi o suporte para uma doutrina segundo a qual o indivíduo se opõe à ação social organizada e tem primazia sobre o Estado. O contexto em que essa movimentação

⁵¹ FESTENSTEIN, Matthew. *Pragmatism and political theory: from Dewey to Rorty*, ob. cit., p. 65.

⁵² DAMICO, Alfonso. *Individuality and community: the social and political thought of John Dewey*. Tallahassee: University of Florida, 1978. pp. 70-1.

estava inserida era de revolta e medo contra as formas estabelecidas de governo e o desejo de reduzir este ao mínimo para limitar o mal que poderia causar. Sendo necessário achar justificação intelectual para o movimento, que se opunha à autoridade estabelecida, o recurso natural foi apelar para alguma autoridade sagrada inalienável residente nos indivíduos. Portanto, o individualismo: “Definiu o indivíduo em termos das liberdades de pensamento e ação já possuídas por ele de alguma forma misteriosa e pronta onde o único papel do Estado era protegê-las.”.⁵³ Como conseqüência, a liberdade, que se relacionava com a liberação em relação à opressão e à tradição, acabou por se tornar um fim em si.

Uma vez que o Estado estava por demais apegado a associações como as eclesiásticas e as corporações econômicas, o caminho mais fácil de justificar a libertação em relação à opressão seria retornar ao indivíduo. Assim nasceu o individualismo. Essa doutrina contra as associações que limitavam o indivíduo se converteu intelectualmente na doutrina da independência em relação a toda e qualquer associação. Da filosofia, a idéia migrou para a psicologia: a noção de que o indivíduo isoladamente possui querer e energias a serem aplicadas de acordo exclusivamente com suas vontades, de forma transparente, desconsiderando-se quaisquer formas de impulsos mascarados, é tão fictícia na psicologia como é na política a doutrina do indivíduo que possui direitos políticos antecedentes ou a priori, ataca Dewey. Em resumo, essa primeira fase do liberalismo⁵⁴ perfilhou a crença nos direitos naturais individuais e na proteção da pessoa contra as possíveis intrusões da sociedade e do Estado.⁵⁵

A segunda fase do liberalismo acabou por herdar da fase anterior a concepção de um antagonismo natural entre quem dita as regras e aquele que as obedece, a oposição natural entre a sociedade e o indivíduo (apenas na segunda metade do século XIX tomou força a idéia de que o governo poderia e deveria ser um instrumento para assegurar e ampliar as liberdades do indivíduo).⁵⁶ Enquanto

⁵³ “It defined the individual in terms of liberties of thought and action already possessed by him in some mysterious ready-made fashion, and which it was the sole business of the state to safeguard.” (DEWEY, John. *Liberalism and social action*. New York: Prometheus Books, 2000, p. 16).

⁵⁴ Em seus escritos políticos Dewey costuma fazer uma divisão ao tratar do individualismo. Denomina a trajetória inicial do movimento, que se deu nos séculos XVII e XVIII, de “earlier individualism” e a trajetória tardia, inscrita no século XIX, de “later individualism”. Neste trabalho nos referiremos respectivamente a cada um desses dois momentos como primeira e segunda fase do individualismo (DEWEY, John. *Liberalism and social action*, ob. cit.).

⁵⁵ DEWEY, John. *The public and its problems*, ob. cit., pp. 86-9 e 102.

⁵⁶ DEWEY, John. *Liberalism and social action*, ob. cit., p. 17.

no contexto dessa primeira fase do individualismo a preocupação econômica se restringia a uma concepção estática de manutenção da posse da propriedade, um século depois na Europa Ocidental o caminhar da indústria e do comércio propiciou que as atenções se centrassem na dinâmica de produção das riquezas. Nesse ponto, o obstáculo a ser combatido politicamente não mais estava representado pela ameaça de uma eventual ação arbitrária do governo, mas pelo direito e pelas práticas judiciais, que se colocavam no caminho da liberdade de investimento. Cedendo aos novos interesses, a liberdade adquiriu uma significação diferente daquela a qual estava originalmente vinculada, atendendo ao propósito de conectar as leis naturais com as leis do mercado.⁵⁷

Apesar das demandas econômicas, o liberalismo se manteve fiel a alguns valores, segundo Dewey: liberdade, o desenvolvimento de capacidades do indivíduo por meio da liberdade e o papel central da inteligência na investigação, discussão e expressão. Ainda assim, os elementos trazidos por essas demandas econômicas coloriram cada um desses ideais de forma a incapacitá-los no lidar com as novas necessidades sociais que se apresentavam.⁵⁸

Uma das idéias que protagonizaram a inabilidade do liberalismo de perfilhar as novas necessidades sociais foi o senso histórico. O pragmatista explica que, o que era uma arma na luta original contra os reacionários (que por sua vez valorizavam as origens e tradições tornadas intocáveis pela história progressa), se tornou uma ameaça para essa mesma luta. Isso se verificou uma vez que aqueles que se denominavam liberais não enxergaram que suas próprias interpretações dos termos liberdade, individualidade e inteligência também pertenciam a contextos históricos específicos. Na metade do século XIX, as mudanças econômicas e políticas que haviam sido objeto de luta dos liberais europeus se tornaram uma realidade, transformando estes nos detentores do poder e das justificativas para a manutenção do *status quo*.⁵⁹ Nas palavras do autor:

Se os liberais da primeira fase tivessem afirmado sua interpretação especial de liberdade como algo sujeito ao relativismo histórico eles não a teriam paralisado numa doutrina a ser aplicada a todo tempo e sob todas as circunstâncias sociais. Especificamente, eles teriam reconhecido que a liberdade efetiva é um fator dependente das condições sociais existentes à época. Se eles tivessem feito isso, teriam sabido que, quando as relações econômicas se tornaram forças

⁵⁷ Ibid., pp. 18-9.

⁵⁸ Ibid., p. 40.

⁵⁹ DEWEY, John. *Liberalism and social action*, ob. cit., p. 41.

controladoras e dominantes no estabelecimento do padrão das relações humanas, a necessidade de liberdade para os indivíduos que aqueles proclamaram necessitaria de controle social das forças econômicas pelo interesse da grande massa de indivíduos.⁶⁰

O autor diz que os liberais não imaginaram que o controle privado das novas forças de produção operaria de forma bastante semelhante ao controle político arbitrário que haviam combatido numa etapa anterior; e que o controle dessas forças econômicas também seria necessário para que qualquer coisa próxima à liberdade de fato se estabelecesse. Dewey afirma que esse distanciamento em relação da liberdade se dá pois o resultado do controle por poucos dos meios de trabalho de muitos são o servilismo e o controle excessivo. Além disso, a exaltação de características como iniciativa e independência seria falaciosa pois somente uma parte, e a menos valorosa parte, delas seria de fato exercida: a econômica. A prática dessas qualidades no que toca aos recursos culturais da civilização, como ciência e arte, seriam deixadas de lado. O autor critica a sociedade em que viveu uma vez que a mesma não permite, em geral, que o indivíduo tenha acesso à riqueza acumulada da humanidade em conhecimento, idéias e propósitos, ou seja, impede que compartilhe da inteligência social disponível.⁶¹

Em sua obra “Freedom and Culture” Dewey diz que na Declaração de independência estadunidense a liberdade era o objetivo das atuações políticas, mas quando voltamos o nosso olhar para as condições que de fato moldam o mundo percebemos que as instituições livres apenas supostamente o são e que elas nunca existiram além da teoria. E se outrora poderíamos pensar que as questões políticas seriam as únicas relacionadas à liberdade, hoje sabemos que outras, como a econômica, estão profundamente intrincadas àquela.⁶²

Discorrendo em termos filosóficos sobre a liberdade, Dewey ressalta que “o caminho para a liberdade pode ser encontrado no conhecimento de fatos que

⁶⁰ “If the early liberals had put forth their special interpretation of liberty as something subject to historic relativity they would not have frozen it into a doctrine to be applied at all times under all circumstances. Specifically, they would have recognized that effective liberty is a function of the social conditions existing at any time. If they had done this, they would have known that as economic relations became dominantly controlling forces in setting the pattern of human relations, the necessity of liberty for individuals which they proclaimed will require social control of economic forces in the interest of the great mass of individuals.” Ibid., p. 42).

⁶¹ Ibid., pp. 44-6 e 58.

⁶² DEWEY, John. *Liberalism and social action*, ob. cit., p. 11.

nos permite empregá-los em conexão com desejos e objetivos” (tradução livre).⁶³ A despeito do fato de aquilo pelo que os homens já lutaram em nome de liberdade ser variado e complexo, para o autor os três requisitos a seguir a definem:

1) eficiência na ação, possibilidade de levar adiante planos, ausência de obstáculos paralisantes ou frustrantes: alguém que ache que tudo que se precisa é liberdade contra a opressão é alguém que carrega uma herança da doutrina metafísica do livre arbítrio e um otimismo na confiança na harmonia natural, pois a liberdade, para ser um fato, necessita de condições que permitam sua manifestação concreta. Assim, observamos que a idéia de liberdade de Dewey está diretamente ligada ao ideal da igualdade na seguinte fórmula: aumentar o alcance da liberdade requer a gradual equalização das condições sociais.⁶⁴ Portanto, falar sobre liberdade indiscutivelmente envolve a consideração acerca da distribuição de poder dentro da sociedade.⁶⁵ A liberdade não é só uma idéia, um princípio abstrato, mas se trata do poder efetivo de fazer certas coisas. Por conseguinte, está intrinsecamente relacionada com a distribuição de poder vigente em determinado momento histórico, já que a liberdade de um indivíduo somente existe quando em relação com os poderes efetivos de outros indivíduos, grupos ou classes.⁶⁶

2) Poder de desejar e escolher influenciar situações: para que haja liberdade, o desejo deve se tornar uma força capaz de se manifestar não apenas na vontade, mas no mundo concreto. Neste item o autor ressalta que a imaginação de alternativas objetivas para o futuro e a capacidade de deliberar para escolher entre uma delas ao pesar suas conseqüências para uma existência futura são aspectos da liberdade.⁶⁷ O elemento da escolha é marcado pela reflexão; não basta que o indivíduo comunique uma escolha sua para que se diga que ele é livre; é preciso que essa escolha tenha sido construída de forma inteligente, ou seja, a partir da consideração, num plano imaginativo, dos fatores que a proporcionaram e das conseqüências que dela decorreriam. Dewey critica as concepções de liberdade

⁶³ “ (...) the road to freedom may be found in that knowledge of facts which enables us to employ them in connection with desires and aims.” (DEWEY, John. *Human nature and conduct*, ob. cit., p. 209).

⁶⁴ KLOPPENBERG, James T. *Uncertain victory: social democracy and progressivism in european and american thought, 1870-1920*. New York: Oxford University, 1986, p. 397.

⁶⁵ DEWEY, John. *Human nature and conduct*, ob. cit., pp. 209-10.

⁶⁶ É importante acrescentar que, para Dewey, não há nenhuma liberdade absoluta, ou seja, as liberdades existentes em determinada época são sempre conseqüências do sistema de restrições e controles existentes nessa mesma época. Assim, a liberdade é *sempre* uma questão social, não apenas individual. (DEWEY, John. *El hombre y sus problemas*, ob. cit., pp. 132-3).

⁶⁷ DEWEY, John. *Human nature and conduct*, ob. cit., pp. 209 e 214-5.

que igualam escolha (2) à ação (1), já que nem sempre aqueles que realizam escolhas possuem de fato as condições materiais para implementá-las no mundo concreto.⁶⁸

3) Capacidade de variar os planos, mudar o curso das ações, experienciar novidades: o que se considera bom varia de acordo com o contexto no qual o indivíduo está inserido, portanto um mundo em que há espaço para a modificação da definição da forma de como moldar o futuro é um mundo em que a vontade é livre.⁶⁹

Dewey diz que os ideais do individualismo e liberdade possuem um valor cuja importância permanece e é tarefa do liberalismo apresentá-los de formas, intelectuais e práticas, relevantes às necessidades e forças do momento. O valor que permanece em relação à liberdade para o pragmatista pode ser percebido a partir de uma análise histórica das situações em que ele foi invocado e nas quais se falou em seu nome. Delas se depreende que a concepção de liberdade se relaciona com forças que “num dado momento e lugar são crescentemente percebidas como opressivas”⁷⁰; se relaciona com alguma classe ou grupo que sofre alguma forma específica de restrição exercitada pela distribuição de poderes existentes na sociedade. Num sentido concreto, a liberdade significa emancipação para a prática de algo considerado parte normal da vida humana mas cuja experiência no momento encontra restrições. De acordo com Dewey, a liberdade já significou: liberação da escravidão; da servidão; do domínio dinástico despótico, nos séculos XVII e XVIII; dos costumes legais que impediam que os industriais gerassem novas formas de produção, no século XIX. O autor escreveu que, à sua época, a liberdade significava liberação da insegurança material e do que impedia e reprimia a participação das multidões nos vastos recursos culturais disponíveis.⁷¹

Do que foi dito no parágrafo acima decorre a tarefa social do liberalismo: a mediação dos momentos de transição social, integrar o velho e o novo de forma que os antigos valores se tornem os instrumentos dos novos desejos e objetivos. Diante da luta entre um sistema de controle das forças sociais, que produz uma

⁶⁸ DEWEY, John. *The Later Works 1925-1953*, vol. 7, Ethics 1932, p. 122 (Carbondale: Southern Illinois University Press, 1985).

⁶⁹ DEWEY, John. *Human nature and conduct*, ob. cit., p. 209-12.

⁷⁰ “ (...) at a given time and place are increasingly felt to be oppressive.” (DEWEY, John. *Liberalism and social action*, ob. cit., p. 54).⁷⁰

⁷¹ DEWEY, John. *Liberalism and social action*, ob. cit., p. 54.

forma de distribuição das liberdades, e um outro, que geraria, por sua vez, uma maneira diferente de distribuição das liberdades, surge a necessidade de ajustamento.⁷² O confronto do incômodo novo contra o que é velho e estável justifica a existência do liberalismo.⁷³

Dewey afirma, ainda, que certos grupos generalizaram suas lutas contra certas restrições e as denominaram confrontos em favor da liberdade. Dessa forma, industriais lutaram contra interferências na economia em nome da liberdade; os estadunidenses pioneiros tinham lutas específicas contra a opressão dos colonizadores, mas atrelaram essa luta à liberdade. No entanto, diz Dewey, a sociedade se complexificou; se para os *founding fathers* qualquer interferência política na indústria e no comércio iria de encontro à idéia de liberdade, a única forma de restaurar a democracia destruída pelo efeito do desenvolvimento econômico nos tempos de Dewey seria a própria interferência do Estado; não mais seria possível pensar que a simples manutenção de alguns direitos como livre expressão, imprensa livre, livre associação e livre escolha de credo iriam assegurar a manutenção de instituições livres. As relações cara-a-cara nos pequenos vilarejos foram substituídas por relações impessoais, acontecendo numa vasta escala cujas origens, causas e efeitos são imperceptíveis à primeira vista.⁷⁴

Em resumo, os pontos positivos a serem ressaltados na teoria da liberdade de Dewey são: uma liberdade definida como ausência de restrições apresenta uma falsa oposição entre a liberdade e a lei, a liberdade e o governo; e a liberdade requer a vida em comunidade, a interação com os demais. Por outro lado, os pontos negativos dizem respeito à lacuna de Dewey em relação ao jogo de poder social, o que acaba por dar margem ao problema comum das concepções de liberdade positiva: a inversão desta que acaba por se tornar o oposto da liberdade. Assim, crer que os conflitos sociais serão resolvidos pela resolução inteligente de problemas é subestimar a incidência e a força desses conflitos e, portanto,

⁷² DEWEY, John. *El hombre y sus problemas*, ob. cit., p. 134.

⁷³ DEWEY, John. *Liberalism and social action*, ob. cit., pp. 55-6.

⁷⁴ DEWEY, John. *Freedom and culture*. New York: Prometheus Books, 1989, pp. 45-61.

Vale citar nesta nota a crítica de Festenstein a respeito da liberdade em Dewey: “As críticas de Dewey ao liberalismo clássico e ao liberalismo enrugado tendem mais a uma polêmica emotiva que a um exame detalhado e sistemático de autores particulares; ainda assim, suas críticas não são cruas ou arbitrárias”. (“Dewey’s criticisms of classical liberalism and of ‘rugged’ individualism tend towards impassioned polemic rather than systematic and detailed examination of particular authors, yet his criticisms are not crude or arbitrary.” FESTENSTEIN, Matthew. *Pragmatism and political theory: from Dewey to Rorty*, ob. cit., p. 65).

desvalorizar a possibilidade de que as forças que integram esse jogo de poder precisem ser restringidas com maior vigor. Esta fraqueza no pensamento do autor será examinada com mais atenção no capítulo 4 deste trabalho.⁷⁵

De tudo que foi apresentado neste tópico, logo se depreende a necessária existência de um contexto apropriado para a realização do ideal da liberdade, de forma que ele não seja considerado uma utopia. Não estamos falando apenas das condições materiais que propiciem que os indivíduos concretizem suas intenções. Além disso, é indispensável lembrar a dupla dinâmica em que o indivíduo se constitui por meio da participação na sociedade, através da qual cada indivíduo oferece sua contribuição única à comunidade, enquanto esta oferece as condições para que o sujeito experiencie sua individualidade:

Individualidade e comunidade são duas faces do mesmo fenômeno. Uma vez que as pessoas vivem em associação, as oportunidades do indivíduo para ação, iniciativa e escolha se tornam um fator dependente de sua participação numa comunidade que utiliza seus recursos coletivos para promover o bem de cada membro (tradução livre).⁷⁶

Tais processos exigem a salvaguarda e o estímulo das instituições democráticas para se constituírem e desenrolarem. Para Dewey, a participação no processo de decisões da comunidade é um aspecto da individualidade. Ademais, justamente porque haverá conflitos no caminhar desses processos decisórios, especialmente aqueles que definem as regras para que os indivíduos vivam suas individualidades em comunidade, torna-se necessária a forma democrática de governo.⁷⁷ Analisaremos no próximo capítulo deste trabalho a forma como Dewey defende o ideal democrático com o intuito de enfrentar as dificuldades trazidas pelo individualismo enrugado.

⁷⁵ DAMICO, Alfonso, ob. cit., pp. 95-9.

⁷⁶ “Individuality and community are two sides of a single phenomenon. Since men live in association, the individual’s opportunities for action, initiative, and choice become a function of his participation in a community which uses its collective resources to promote the good of each member.” (Ibid., p. 73).

⁷⁷ FESTENSTEIN, Matthew. *Pragmatism and political theory: from Dewey to Rorty*, ob. cit., pp. 69-70 e 78-9.